



Estratégia e Gestão Social e Ambiental: As metas de desenvolvimento do milênio no município de Pindamonhangaba (Parte 2)¹

**Luiz Panhoca²
Olga Maria Panhoca da Silva³
Fernanda Figueira⁴
Mário Cesar Nascimento⁵
Fabio Ricci⁶**

Resumo

Este trabalho é a segunda parte⁷ de um projeto que tem por objetivo apresentar as metas de desenvolvimento do milênio como estratégia para a gestão social e ambiental tendo como estudo de caso o município de Pindamonhangaba. Apresentaram-se no primeiro artigo as metas 1 e 2, neste apresentar-se-ão os seis outros objetivos, no terceiro e último serão apresentadas as discussões e tecidas as considerações finais. Utiliza-se proposta metodológica para o estudo dos indicadores das oito metas o desenvolvimento multidimensional de categorias pela denominada *fuzzy set*. Para cada uma das categorias,

¹ O primeiro artigo foi apresentado na RPDR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Volume 3, Número 1, jan./abr.2007.

² Doutor em Contabilidade (USP), professor pesquisador do Programa de Mestrado em Gestão e desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

³ Doutora em Saúde Pública (USP), diretora de pesquisas e professora da UDESC - NCO - Universidade Estadual de Santa Catarina.

⁴ Mestranda do Programa em Gestão e desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

⁵ Mestre e professor da UDESC na área de Ciência do Desenvolvimento Humano da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

⁶ Professor do programa de mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da UNITAU

utilizou-se de dados disponibilizados pelo IBGE e SEADE. As metas foram estabelecidas na reunião de Cúpula do Milênio, realizada na cidade de Nova York no ano de 2000, por 191 países, incluindo o Brasil. Utilizaram-se os indicadores para se verificar o posicionamento do município em relação ao Estado e ao País e a perspectiva de se utilizá-los para estabelecer as estratégias a serem adotadas na elaboração de propostas políticas e planos municipais para o desenvolvimento regional sustentado.

Palavras-chave: objetivos do milênio, desenvolvimento sustentável, estratégia e gestão ambiental.

Social and environment management and strategy: the millennium development goals in Pindamonhangaba city

Abstract

This paper is the second part of a project that aims to present the millennium development goals as a strategy to social and environment management, focusing in the case of Pindamonhangaba city. The first and second goals were presented in the first paper. In this paper six other goals are shown, and a third paper will present the final discussions about the subject. The fuzzy set method was used to study the eight goals indicators. For each category, was used data provided by IBGE and SEADE. The millennium development goals were established in a world leader meeting in New York, 2000, by 191 countries, including Brazil. These indicators were used to identify the situation of the city, comparing its position with the State and Country situations. The results may reveal possibilities to develop strategies to be considered in the elaboration of regional sustainable development plans.

Keywords: millennium goals. Sustainable development Strategy and Environment management.

Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar o posicionamento das estratégias e gestão social e ambiental a partir das metas de desenvolvimento do milênio no município de Pindamonhangaba, no que se refere a promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (Objetivo 3), reduzir a mortalidade na infância (Objetivo 4), melhorar a saúde materna (Objetivo 5), combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças (Objetivo 7), garantir a sustentabilidade ambiental (Objetivo 7) e, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (Objetivo 8).

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior realizada com o intuito de obtenção de um título de mestrado em planejamento regional, na qual são analisadas as oito metas do milênio. As metas 1 e 2 foram apresentadas no Volume 3, Número 1 da RPDR -Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.

Os oito objetivos se subdividem em dezoito metas específicas planejadas para servirem como projeto e plano de ação, para as quais correspondem quarenta e oito indicadores socioeconômicos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) coordena as metas, acompanhando os progressos no sentido de atingir os compromissos assumidos (U.N., 2002; PNUD, 2003).

Avaliou-se no conjunto destes três artigos o município de Pindamonhangaba na região do Vale do Paraíba Paulista (área em cinza escuro conforme mostra a Figura 1).

Figura 1: Localização do município de Pindamonhangaba – Estado de São Paulo



Fonte: SEADE, 2006

Justifica-se a escolha pelo município de Pindamonhangaba como amostra por conveniência, devido a sua localização central no Vale do Paraíba, e facilidade no levantamento dos indicadores econômicos e sociais.

Segundo Barroso (2004) e U.N. (2000 e 2002), passados alguns anos desde o estabelecimento dos objetivos, órgãos internacionais como o Banco Mundial alertam para a possibilidade de não se atingir as metas, se as tendências históricas forem mantidas.

Nas três décadas passadas, a revolução da tecnologia da informação deu origem a um novo tipo de capitalismo, diferente daquele formado durante a revolução industrial (formulado por Marx) ou daquele que emergiu após a Segunda Grande Guerra (formulado por Keynes). (CASTELLS, 1996, 1997 e 1998; HUTTON e GIDDENS, 2000; GIDDENS, 1996).

A atividade econômica é global; a produtividade e competitividade são a inovação, a geração de conhecimento e o processamento da informação. Esse capitalismo é referido como “a nova economia” ou simplesmente “globalização”. (ABBATE, 1999; HUTTON E GIDDENS, 2000; HIMANEN, 2001, UNDP, 1996 E 1999). Nela, o capital trabalha em tempo real, numa busca global incansável por oportunidades de investimentos num sistema altamente não linear. (HABERMAS, 1973; MANDER E GOLDSMITH, 1996; CAPRA, 2002). Seu impacto no bem-estar do ser humano tem sido negativo até o presente momento. Enriqueceu a elite global, mas as conseqüências sociais e ambientais no seu todo têm sido desastrosas. (HELD, 1990).

Partiu-se para a elaboração deste trabalho do entendimento que as estratégias para a gestão social e ambiental são hoje “uma das mais importantes considerações da compreensão sistêmica da vida e do reconhecimento que redes constituem o padrão básico de organização de todo e qualquer sistema vivente”. (LOVELOCK, 1991; MARGULIS, 1998). Assim, a estratégia da gestão social e ambiental deve perceber os ecossistemas em forma de redes, um padrão comum a todo tipo de vida. Redes vivas de forma contínua criam ou recriam a si próprias, quer transformando ou substituindo seus componentes. (CAPRA 1996 E 2002; MARGULIS, 1998).

A estratégia e a gestão social e ambiental também podem ser compreendida em termos de rede de comunicações. Redes vivas em comunidades humanas são as redes de comunicação. São autogeradoras, mas o que geram é especialmente o intangível. Nela, à medida que comunicações se desenvolvem, se produzirá um sistema compartilhado de crenças, explicações, e valores — um contexto

comum de significados, conhecidos como cultura. E a estratégia é gerada pela interação das necessidades desses atores.

À medida que este século desponta, estratégias conduzirão os planos de ação das organizações. (LUISI, 1998). Uma delas é o crescimento global do capitalismo, ou simplesmente globalização. O outro é a criação de comunidades sustentáveis lastreadas na prática do planejamento ecológico. O objetivo da economia global no seu contexto atual é maximizar a riqueza e o poder ao passo que cabe as eco-estratégias o objetivo de maximizar a sustentabilidade da teia da vida.

Os objetivos do milênio foram estabelecidos e adotados, pois a economia está produzindo uma resultante de conseqüências interligadas e danosas, aumentando a desigualdade e a exclusão social, colapsando a democracia, deteriorando mais rápida e abrangente do ambiente natural e ascendendo a pobreza e alienação, tentando mudar diversidade em monocultura, ecologia em engenharia, e a própria vida numa commodity. (LUHMANN, 1990; BAERT, 1998; CASTELLS, 2000). O capitalismo global na sua forma atual é insustentável e necessita ser fundamentalmente replanejado. Na realidade, acadêmicos, líderes comunitários e ativistas populares, no mundo todo, estão erguendo suas vozes, exigindo o “virar do jogo” e sugerindo as maneiras concretas de fazê-lo. (HELD, 1990; CAPRA 1996)

Entretanto, as mesmas estratégias de financiamento e fluxo da informação poderiam incorporar outros valores, neles inseridos. O ponto crítico não é tecnológico e sim político. (SEARLE, 1984; GALBRAITH, 1989). É preciso repensar nosso futuro comum (GORE, 2007) e repensar a vida fazendo, aprender novos valores através da eco-alfabetização. Ela é o primeiro passo na estratégia da sustentabilidade. Entender os princípios de organização evolutiva dos ecossistemas na sustentação da teia da vida. (PAULI, 2000; HAWKEN, LOVINS E LOVINS, 1999).

Segundo os pensadores da pós-modernidade, Morin, Demasi, Maturana e outros, o segundo passo é movimentar-se da eco-alfabetização para a eco-estratégia. Temos que aplicar nosso conhecimento para o planejamento sustentado de nossas tecnologias e instituições sociais. (ANDERSEN, 1998; DUNN, 2001).

Eco-estratégia, na acepção ampla da palavra, consiste em direcionar os fluxos de energia e da matéria, para a finalidade humana. O eco-estratégia constitui um processo pelo qual nossos objetivos humanos são cuidadosamente entrelaçados com os padrões maiores e os fluxos do mundo natural. (HAWKEN, LOVINS E LOVINS, 1999; LAMB, 1999, DUNN, 2001).

Em anos recentes, houve aumento expressivo no número de projetos e práticas ecológicas que advogam uma mudança da economia orientada para o produto, para uma economia de “serviço e fluxo”.

A chave para tal definição operacional é a conscientização que não precisamos inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero, mas que podemos modelá-las a partir de estratégias e gestão social e ambiental. (HAVEL, 1990).

As estratégias para o desenvolvimento sustentado das organizações necessitam, antes de tudo, compreender e considerar a gestão ambiental e o conceito de desenvolvimento sustentado. Uma das definições de desenvolvimento sustentável é aquela formulada por Brundtland (WCED, 1987): “um modelo de desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que com isso ponha em risco a possibilidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades”.

Segundo Turnes (2004), desenvolvimento local sustentável está relacionado a estratégias que têm como foco a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, e garantir sua sustentabilidade.

Eco-estratégias devem trabalhar as dimensões sócio-cultural, econômica, ambiental, político institucional, e outras conseguidas por laços de confiança e de identidade. (DOWBOR, 1998; 1999).

Como bem observa Sen (2000), o esforço para a caracterização do bem-estar e liberdade das pessoas tende a aumentar a demanda por dados e informações capazes de captar o desenvolvimento por meio desse conceito e enfatizar não apenas os direitos sociais, mas também os direitos civis e políticos (SEN, 2000). Essa abordagem é mais abrangente que a abordagem das necessidades básicas, pois inclui acesso dos indivíduos à educação, saúde, infra-estrutura (acesso aos bens públicos em geral), além da possibilidade dos indivíduos exercerem sua cidadania e representatividade social.

Metodologia

O estudo de caso se aplica a esta pesquisa, pois “o mais importante é explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos”. (YIN, 2003, p.34).

Para se identificar os indicadores para o Município de Pindamonhangaba estabeleceu-se um protocolo na definição das categorias a serem verificadas. Neste caso, é o entendimento das

dimensões das categorias (as oito metas do milênio) e o estabelecimento de atributos, ou indicadores para os diversos itens a serem pesquisados. (YIN, 2003).

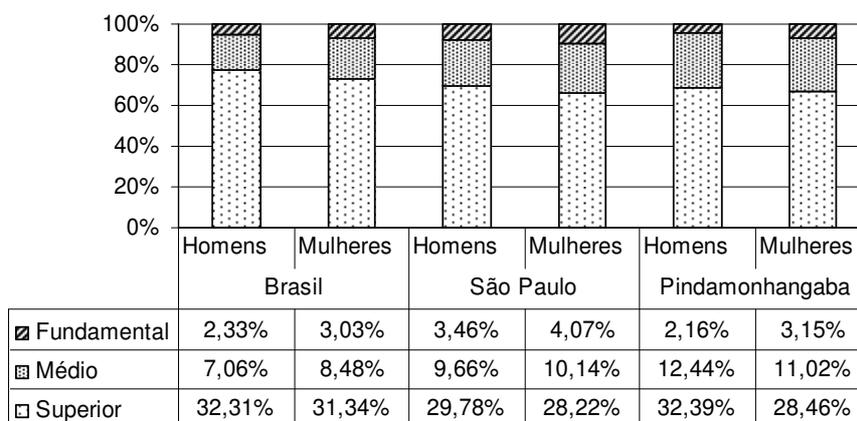
Adotar-se a metodologia utilizada no Relatório Estadual de Acompanhamento 2005 (SEADE, 2005), em que se optou por mensurar a população em situação de pobreza e indigência a partir dos critérios normativos dos programas sociais compensatórios, tomando-se como pobre a população que dispõe de renda domiciliar mensal de até meio salário mínimo per capita, e como indigente, aquela com até um quarto de salário mínimo per capita. A metodologia completa pode ser observada em Panhoca, Silva e Fernandes (2007).

Dados e Análise

Objetivo 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Para o monitoramento da igualdade de gênero e autonomia da mulher, a ONU preconiza o uso de indicadores de acesso à educação, de inserção no mercado de trabalho e participação política. Segundo o SEADE (2005), são adotadas medidas que expressam diferenciais entre os sexos, como a razão entre o total de mulheres e homens freqüentando o ensino fundamental, médio e superior.

Figura 2: Taxa de escolarização feminina e masculina em 2000 (%)



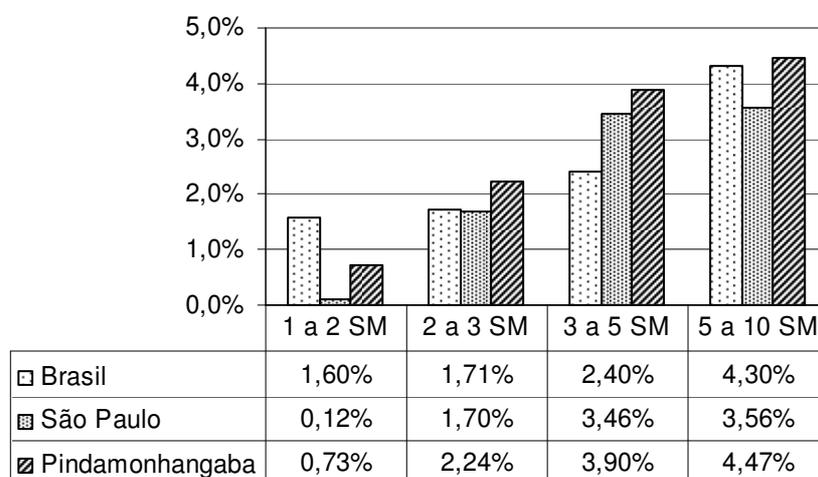
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílio – PNAD, 2002

Observa-se que, em relação ao ensino fundamental, o número de mulheres matriculadas é inferior ao de homens, em todos os níveis: País, Estado e Município. Já no ensino médio, apenas a taxa do Município permanece abaixo do índice nacional e estadual. Porém, no ensino superior, a taxa do Município acompanha a tendência nacional e estadual e apresenta número maior de mulheres nas universidades.

Segundo o SEADE (2005), a escolha de indicadores de acesso à educação reflete a constatação empírica de que uma mulher mais escolarizada tem melhores oportunidades e mobilidade ocupacional no mercado de trabalho, além de ampliar suas possibilidades de participação política e social.

Figura 3: Defasagem do rendimento feminino em relação ao masculino em 2000 (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2002

Ao analisar-se a Figura-7, percebe-se que o desempenho feminino encontra-se constantemente defasado em relação ao masculino e a porcentagem aumenta proporcionalmente ao rendimento.

Segundo dados do SEADE (2005), no Estado de São Paulo, em 2003, o rendimento de uma trabalhadora equivalia, em média, a 62% do salário de um trabalhador do sexo masculino.

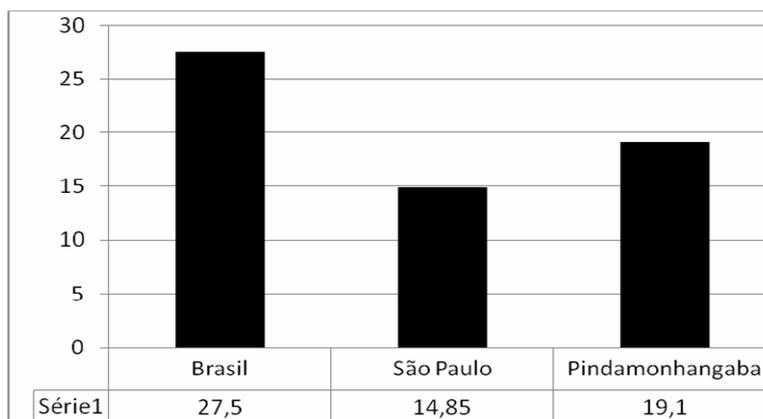
Esse diferencial tem sido explicado pelo tipo de ocupação exercido – elevada concentração de mulheres nos serviços domésticos, pela natureza da relação contratual – menor parcela com carteira de trabalho assinada, pela jornada de trabalho mais reduzida, e pela menor presença em postos de chefia e direção.

Em relação à participação política, a possibilidade de candidaturas femininas foi garantida com a introdução do sistema de cotas por sexo nas listas de candidatos às eleições proporcionais (de 1998 e 2002), estabelecendo-se uma reserva de 30% das vagas para as mulheres. Mas o resultado ficou abaixo do esperado (SEADE, 2005). Para as 645 Prefeituras paulistas, foram eleitas 34 mulheres, nas Câmaras de Vereadores a participação feminina atingiu 11% do total de vagas. Na Câmara Municipal de Pindamonhangaba, das nove vagas do legislativo apenas uma cadeira é ocupada por uma mulher. Em relação ao mercado de trabalho e a participação política, as condições permanecem desfavoráveis às mulheres.

Objetivo 4 – Reduzir a mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil (de 0 a 1 ano) e a taxa de mortalidade na infância (de 0 a 4 anos) são medidas bastante usadas para avaliação das condições de vida e saúde de uma população, devido à vulnerabilidade dos segmentos mais pobres a fatores ambientais, disponibilidade e qualidade de serviços de saúde, condições de infraestrutura de abastecimento de água e esgoto, além de fatores socioeconômicos, como baixos níveis de escolaridade das mães e insuficiência de renda. A maioria dos países com boas condições de saúde apresenta coeficiente menor ou inferior a 6 por 1.000 nascidos vivos. O ideal seria 0 por 1.000 nascidos vivos, mas isso não existe, embora a criança nasça para viver e não para morrer.

Em relação à taxa de mortalidade infantil, tem-se:

Figura 4: Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos em 2003

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2002

O índice do Município de Pindamonhangaba é inferior ao índice País, porém, ainda superior à média do Estado. Mesmo ao serem considerados os dados de 2004 (15,89), o Município de Pindamonhangaba ainda apresenta índice superior ao do Estado (14,25).

O interesse pelos fatores que vão agir na determinação de todas as categorias da mortalidade infantil é evidente, desde o início da gestação até o final do primeiro ano de vida (ALMEIDA et al., 1992).

A mortalidade infantil é o indicador mais sensível e importante do grau de desenvolvimento efetivo e também a medida do nível cultural de qualquer sociedade (ALMEIDA et al., 1992).

Sabe-se que há importantes diferenças dentro de uma população, o que faz com que uns experimentem uma melhor qualidade de vida, em contraste com outros que adoecem e morrem com mais frequência, muitas vezes por nosologias também diferentes. Essas características entre os indivíduos não se devem apenas as suas características pessoais, inatas ou adquiridas, mas, primordialmente, ao modo como a sociedade se organiza e como se reparte a renda entre as classes (ALMEIDA et al., 1992).

A evolução do Estado reflete, principalmente, a redução da mortalidade pós-neonatal (entre o 29º dia após o nascimento e 1º ano de vida), associada a políticas e serviços, conseqüências da melhoria da infra-estrutura domiciliar, como: saneamento básico, disponibilidade

de atendimento à saúde materno-infantil e ampla cobertura das campanhas de vacinação no Estado.

A mortalidade infantil é avaliada pelas mortes ocorridas no primeiro ano de vida, constituída pelos componentes neonatal (menores de 28 dias de vida) e pós-neonatal (29º dia em diante). A mortalidade neonatal é dividida em precoce (menores de sete dias de vida) e tardia (do sétimo dia ao 28º). O coeficiente de mortalidade neonatal é a razão entre o número total de nascidos vivos no mesmo período multiplicado por 1.000.

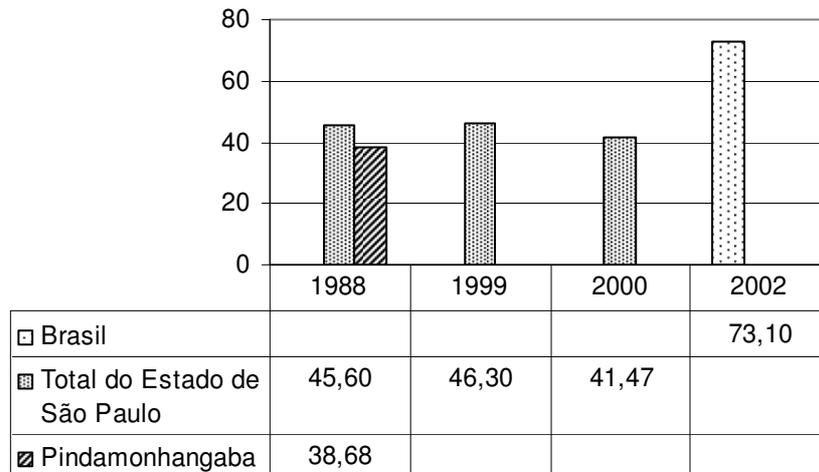
Os fatores causais relacionados aos componentes neonatal e pós-neonatal da mortalidade infantil são diferentes. Nas primeiras semanas de vida, os agravos decorrentes das condições da gestação e nascimento predominam como causas da mortalidade. Após esse período, a maior interferência se dá pelas doenças diarreicas, respiratórias e imunopreveníveis.

Os determinantes da mortalidade neonatal são múltiplos e complexos, relacionando-se à interação de variáveis biológicas, assistenciais e socioeconômicas. As variáveis biológicas referem-se à mãe e ao recém-nascido e são as causas diretas dos óbitos neonatais. O acesso aos serviços de saúde e a qualidade da assistência prestada no pré-natal, sala de parto e os cuidados pós-neonataes ao recém-nascido, são variáveis assistenciais capazes de interferir nos fatores de risco biológicos e socioeconômicos para a mortalidade neonatal. As variáveis socioeconômicas indicam as condições em que vive a mãe, as quais são capazes de influenciar alguns efeitos das variáveis biológicas e dificultar o acesso a uma adequada assistência no período da gestação e nascimento (MARTINS; MELÉNDEZ, 2004).

Objetivo 5 – Melhorar a saúde materna

Segundo dados do SEADE (2005), a mortalidade materna corresponde à parcela de óbitos de mulheres decorrentes de doenças próprias da gravidez e do parto. O estudo cita entre várias causas a hipertensão arterial, hemorragias, infecções pós-parto e complicações decorrentes de aborto, todas passíveis de serem evitadas com assistência médica adequada.

No Brasil, há uma subnotificação expressiva das causas de morte materna na declaração de óbito, fazendo com que os indicadores computados sejam considerados. No Estado de São Paulo, verifica-se que tal subnotificação ocorre especialmente em localidades menos desenvolvidas, com menor sofisticação de diagnósticos e prestação de serviços de saúde (SEADE, 2005).

Figura 5: Mortalidade Materna por cem mil nascidos vivos

Fonte: Fundação SEADE, 2006

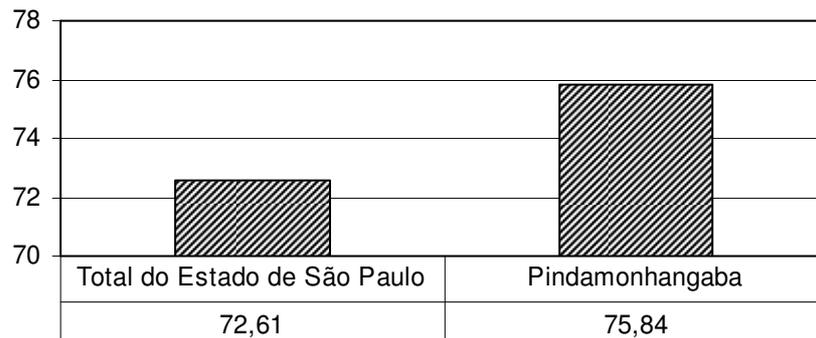
A exemplo do que ocorre no País, a ocorrência de óbitos maternos é subnotificado na cidade de Pindamonhangaba, estando disponíveis dados do ano de 1998, quando o índice de mortalidade estava abaixo do registrado no Estado.

Na comparação com o Brasil, em que a última taxa conhecida é de 2002 (73,1), o Estado apresenta a taxa de 35, menor que a metade da média nacional.

Alguns países, com boas condições de saúde, obtiveram taxa abaixo de 4,0 por 100.000 nascidos vivos.

Porém, a média estadual ainda se encontra muito distante da verificada em países desenvolvidos, onde se registram no máximo 28 óbitos de mulheres por cem mil nascidos vivos (SEADE, 2005).

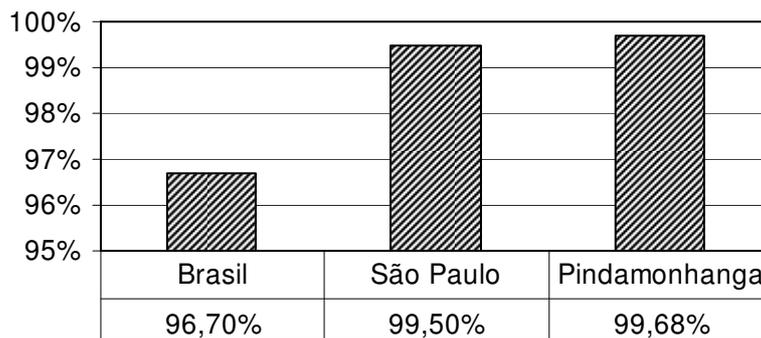
Figura 6: Porcentagem de mães que tiveram 7 ou mais consultas de pré-natal em 2004



Fonte: Fundação SEADE, 2006

O Município e o Estado apresentam altas taxas de consultas pré-natais, superiores em relação ao índice nacional. Em 2002, a taxa no País era de 49,1%. As sete consultas deveriam ser para 100% das mulheres.

Figura 7: Porcentagem de partos realizados em hospitais em 2002 (%)



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC

A porcentagem de partos cesários versus partos normais realizados é um bom indicador de saúde materna, pois a ocorrência de partos naturais sinaliza positivamente para a saúde da mulher.

Tabela 1: Partos cesários x partos normais em 2003

Localidade	Partos cesários (%)	Partos normais (%)
Brasil	41,02	58,98
São Paulo	51,63	48,37
Pindamonhangaba	55,30	44,70

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde
Indicadores básicos de Saúde, 2007.

O atendimento adequado à parturiente é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a redução da mortalidade materna, pois, quando realizado por pessoal qualificado, contribui para evitar complicações decorrentes do parto.

Apesar de a mortalidade materna afetar mulheres de todas as classes sociais, sua maior concentração se dá entre as mais pobres. Isso principalmente devido a problemas de acesso à informação sobre meios anticoncepcionais e aos programas específicos de saúde sexual e reprodutiva. Estratégias para universalizar a informação sobre esses serviços nas camadas mais pobres da população certamente contribuirão para resultados melhores (SEADE, 2005).

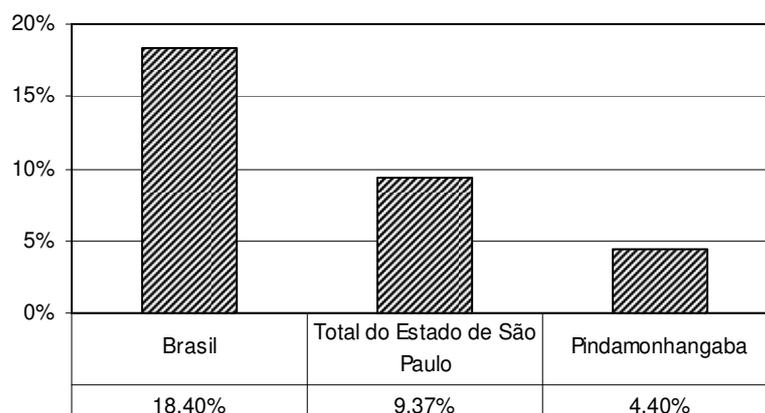
Objetivo 6 – Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Segundo dados do SEADE (2005), desde o primeiro caso de AIDS registrado no Brasil, no início dos anos 80, seu perfil epidemiológico sofreu profunda alteração, com a ampliação da área geográfica de incidência, que partiu dos grandes centros urbanos para as regiões menos urbanizadas, e dos casos de infecção, inicialmente hemofílicos e homens homossexuais, atingindo crescentemente a população feminina.

O Estado de São Paulo apresentou a maior taxa de incidência do País até 2001 e depois foi ultrapassado pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Apesar de as taxas nacional e estadual apresentarem um comportamento similar com crescimento contínuo até 1998 e queda entre 1999 e 2001, observa-se maior decréscimo na taxa do Estado.

Segundo dados de 2003, a taxa de óbito por HIV/AIDS correspondia à metade da média nacional. No Município de Pindamonhangaba, a taxa é de 4,48%, menos da metade da média estadual.

Figura 8: Taxa de mortalidade por HIV/AIDS por cem mil habitantes em 2003 (%)

Fonte: Fundação SEADE, 2006

A ONU preconiza o combate às principais doenças tratáveis que acometem uma população, com foco especial nas doenças típicas de populações pobres.

Segundo dados do DATASUS (2006), no caso de Pindamonhangaba, observa-se um padrão desenvolvido de mortalidade como:

- 1º lugar – óbitos ligados às doenças do aparelho circulatório;
- 2º lugar – óbitos ligados à violência;
- 3º lugar – óbitos ligados aos tumores.

Tabela 2: Taxas de incidência de HIV/AIDS, Tuberculose, Hanseníase e Malária em porcentagem para o ano de 2004 (%)

Município	Doença	Porcentagem
São Paulo	Tuberculose	39,87
	Hanseníase	0,59
Pindamonhangaba		Dados não disponíveis

Fonte: Ministério da Saúde MS/SVS Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN

No ano de 2004, foram registradas, em Pindamonhangaba, 4 mortes causadas pela tuberculose e 7 mortes causadas pela AIDS/HIV.

A tuberculose é uma das enfermidades cuja incidência se espera reduzir até 2015, uma vez que sua ocorrência está relacionada às condições de vida e pobreza das populações atingidas. A maior parte dos doentes corresponde a jovens e adultos, portanto, na fase mais produtiva da vida, a maioria do sexo masculino (SEADE, 2005). São Paulo é o 14º estado brasileiro com maior incidência de casos por 100 mil habitantes.

Quanto à hanseníase, o estado de São Paulo registrava em 2003 taxa 0,59%, aceitável pela Organização Mundial de Saúde que preconiza como baixa prevalência da doença cifras inferiores a um.

A malária – endêmica em certas regiões do país, como a Amazônia – tem incidência muito baixa no Estado: 0,01% em 2003. O Índice Parasitário Anual, em 2002, era de 0,01 casos positivos por mil habitantes. Os locais de ocorrência de malária no Estado encontram-se próximos à Serra do Mar, na região do Vale do Ribeira.

O estado de São Paulo não é região de malária, mas o quadro pode se reverter se o aquecimento global ocorrer, então, a malária poderá se instalar na região.

Outros problemas que se destacam no Município estão relacionados à violência e aos acidentes de trânsito. No ano de 2006, o Município registrou 28 internações em decorrência de agressões e um total de 124 internações em decorrência de acidentes de transporte (DATASUS, 2006).

Objetivo 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental

A preocupação com a sustentabilidade ambiental motivou diversas iniciativas de países, organizações não-governamentais e agências multilaterais de promoção de práticas mais responsáveis de gestão das questões ambientais. Uma dessas iniciativas é a Agenda 21, documento compromisso assinado durante a RIO-92, contendo as principais diretrizes que devem orientar as ações, em suas várias escalas geográficas, na direção do desenvolvimento sustentável (ALBAGLI, 1995).

É importante acompanhar em que medida os Municípios estão assumindo tais responsabilidades, por meio da criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e convênios e/ou cooperações técnicas para efetivação de ações na área ambiental.

A integração dos princípios de desenvolvimento sustentável nos programas e na prática de gestão pública é algo recente no país. Em 2003, o número de Conselhos Municipais de Meio Ambiente implantados ainda era pequeno: 34,1% dos municípios brasileiros e

28,8% dos paulistas dispunham de conselho desta natureza (SEADE, 2005).

Em relação à gestão ambiental no Município de Pindamonhangaba, pode-se comprovar que não existe esforço nesse sentido:

Quadro 1: Difusão de convênios e operações na área ambiental em Pindamonhangaba em 2002

O Município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente	Não
Agenda 21	Não
Disposição de resíduos sólidos domésticos	Não
Enchentes	Não
Planos diretores locais e regionais	Não
Recuperação de áreas degradadas	Não
Sistema de captação e distribuição de água potável	Não
Tratamento de esgoto urbano	Não
Uso de recursos naturais	Não
Zoneamento Ecológico-Econômico Regional	Não
Participa de Comitê de Bacia Hidrográfica	Sim
Quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica	1

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002

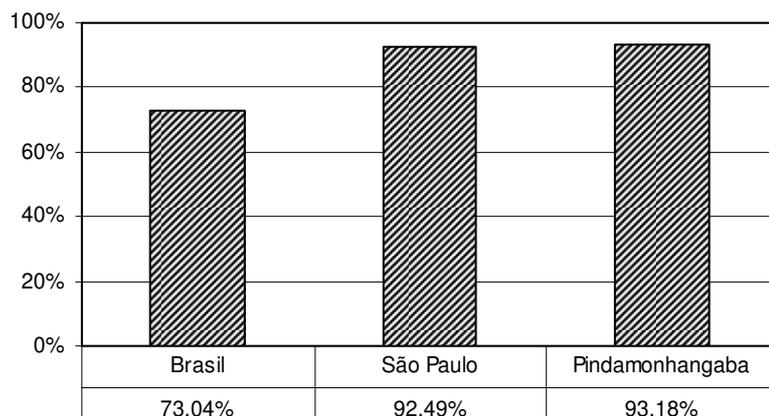
Além de compromissos de natureza institucional, a ONU propõe que se faça um acompanhamento da efetividade das ações governamentais no provimento de serviços de infra-estrutura urbana, empregando indicadores como a população atendida pela rede de energia elétrica, de abastecimento de água, por serviços adequados de esgotamento sanitário e de coleta de lixo.

Segundo o IBGE (2006), em 2003, 74,33% dos brasileiros consideravam bom o serviço de iluminação pública, para o Estado essa porcentagem era de 62,81%.

O acesso à água tratada por meio de rede de abastecimento é um dos serviços urbanos mais amplamente disponibilizados à população nos municípios brasileiros: só superado pela rede de energia elétrica (SEADE, 2005). Seus impactos positivos sobre as condições de saúde das crianças brasileiras são notáveis.

Em Pindamonhangaba, assim como no estado de São Paulo, o acesso à rede de abastecimento de água é praticamente universal nas zonas urbanas.

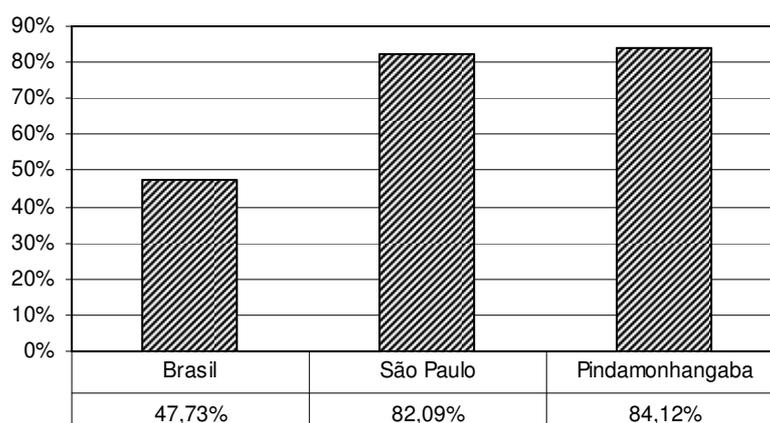
Figura 9: Existência de água canalizada em pelo menos um cômodo 2000 (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2002

O percentual de população atendida por rede coletora de esgoto ou fossa séptica é também elevado, tanto para o Município quanto para o Estado. Para o conjunto do País, é menor a parcela da população atendida: 73,04% dos moradores em domicílios urbanos.

Segundo o SEADE (2005), no Brasil cerca de um terço do atendimento de coleta de esgoto se dá por fossa séptica, enquanto em São Paulo, a quase totalidade do acesso ao esgotamento sanitário se faz por meio de rede coletora pública.

Figura 10: Existência de rede coletora de esgoto ou pluvial 2000 (%)

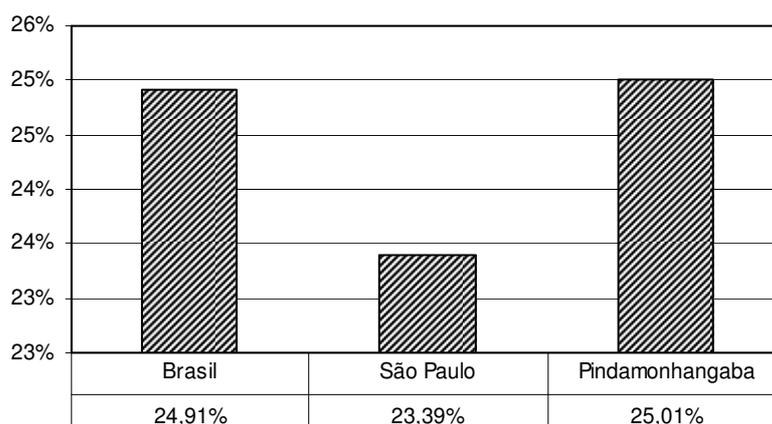
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2002

Pode-se concluir que, de modo geral, a população do Município e do Estado conta com um bom padrão de atendimento aos serviços básicos de infra-estrutura preconizados pela ONU. Contudo, outras dimensões não analisadas revelam, no Estado, a existência de população vivendo em moradias precárias, áreas de risco, próximo à áreas ambientalmente degradadas, sem acesso aos serviços públicos e transporte. O tratamento de dejetos orgânicos e inorgânicos também é um dos desafios a serem enfrentados (SEADE, 2005).

Objetivo 8 – Parceria mundial para o desenvolvimento

O oitavo objetivo preconiza a necessidade de garantir recursos, viabilizar parcerias e estabelecer estratégias de cooperação internacional para que os países mais pobres possam se desenvolver. Tal objetivo desdobra-se em metas difíceis de acompanhar em escala subnacional, pois se referem a iniciativas exclusivas de competência da União.

Um dos indicadores do oitavo objetivo é a taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos, que aumentou significativamente no país.

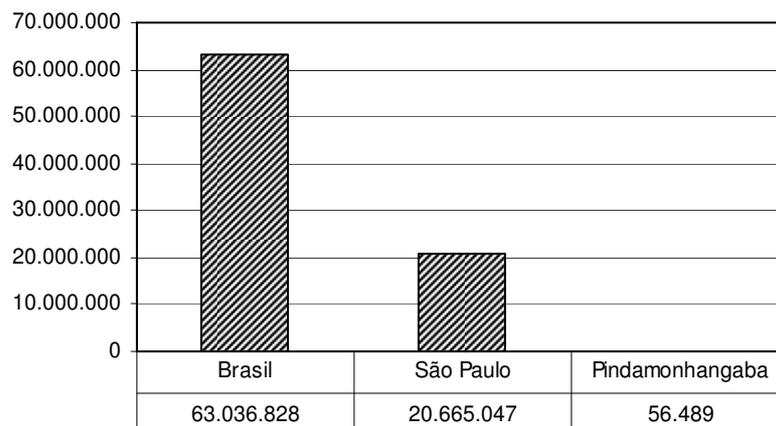
Figura 11: Taxa de ocupação de jovens de 15 a 24 anos 2000 (%)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2002

A baixa taxa de ocupação resulta das fortes oscilações da conjuntura econômica nacional e da insuficiente criação de novos postos de trabalho, diante da demanda requerida, além da alta rotatividade que caracteriza o emprego nessa faixa etária (SEADE, 2005).

No que diz respeito ao acesso aos recursos tecnológicos de comunicação e informática, o avanço é considerável, tanto no Estado quanto no país. A privatização e o ingresso de novas empresas no setor, além do barateamento das novas tecnologias de comunicação contribuíram para esse avanço.

Um dos desafios à continuidade da expansão do setor é a elevada inadimplência dos usuários, em especial entre os de baixa renda (SEADE, 2005).

Figura 12: Domicílios com linha de telefone fixo instalada 2000

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2002

A acessibilidade à Internet por parte da população de baixa renda, apesar do ritmo de expansão da “WEB”, só poderá ser garantida de forma mais rápida por meio de terminais públicos de acesso. No Estado, existe um esforço nesse sentido, por meio de ações das três esferas de governo e de organizações não-governamentais.

No município de Pindamonhangaba, há disponibilidade de microcomputadores conectados à Internet nas duas bibliotecas municipais da cidade, para fins de pesquisa escolar. Ainda não existem locais que disponibilizem o acesso a serviços por meio da WEB.

Considerações finais

Órgãos internacionais como o Banco Mundial alertam para a possibilidade de não se atingir as metas, se as tendências históricas forem mantidas. O que se constata na prática deste trabalho, confirmando as afirmações de Barroso (2004), é que passados alguns anos desde o estabelecimento dos objetivos, não se vislumbra o atingimento de todas as metas.

Deve-se atentar que os dados decorrentes deste trabalho relacionam-se com a escolha do Município como unidade de análise. A diversidade entre municípios paulistas é muito grande, especialmente quando se trata o problema do ponto de vista do porte demográfico das diferentes localidades, a população dos municípios varia entre um mil

e dez milhões de habitantes, ou seja, uma diferença de dez mil vezes (FÓRUM SÃO PAULO SEC. XXI 1999). Portanto, a comparação entre municípios de portes diferenciados deve ser tratada com extremo cuidado.

A questão dos indicadores (MEADOWS, 1998) deve também ser considerada, pois eles se referem a macro-agregados e composições com propósitos definidos que devem ser observados com atenção nas análises pontuais.

Embora tendo-se verificado vasta literatura de autores como Morin, Demasi, Maturana e outros sobre a necessidade de nos movimentarmos da eco-alfabetização para a eco-estratégia (ANDERSEN, 1998; DUNN, 2001), na prática constata-se que pouco ou quase nada se aplica ao planejamento sustentado das tecnologias e instituições sociais, ao planejamento do desenvolvimento humano e aos sistemas ecologicamente sustentáveis da Natureza.

Os indicadores devem ser vistos como um panorama do resultado das ações até agora empreendidas e que permite que as pessoas responsáveis pelo planejamento das ações futuras tenham uma base científica para confirmar as ações bem-sucedidas, e que sejam alteradas aquelas que não atingiram plenamente as metas inicialmente estabelecidas e, ainda, que sejam totalmente revistas aquelas que não apresentaram resultados mínimos desejados.

O resultado desta pesquisa mostra o posicionamento atual dos indicadores das Metas do Milênio no município de Pindamonhangaba; ela é o reflexo da complexa relação Estado e Sociedade, portanto, representa tanto acertos como erros. É, sim, com certeza uma ferramenta útil para se mensurar as políticas públicas e privadas quanto às Metas do Milênio estabelecidas pela ONU.

A seguir apresenta-se o resultado observado nesta pesquisa para as metas 3 até 8. Relembramos ao leitor que os resultados dos objetivos 1 e 2 foram apresentados por Panhoca, Silva e Figueira (2007) na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.

Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres:

Quanto à igualdade entre homens e mulheres em relação à taxa de escolarização, verificou-se que as mulheres estão muito desfavorecidas no Município (2,1%), enquanto no Estado (5,2%) e no País. (3,0%). Um indicador que chama a atenção é a defasagem de rendimento feminino quando se analisa a faixa de renda entre 1 e 2 salários mínimos (0,73), pois, em todas os demais intervalos de análise,

o Município se apresenta com níveis superiores ao Estado e ao País, supera o índice do Estado (19,8%) e o índice do País (15,55%).

Objetivo 4 - Reduzir a mortalidade infantil:

O índice no Município de Pindamonhangaba (19,1%) é inferior ao índice País (27,5%), porém, ainda superior à média do Estado (14,85%). Mesmo ao serem considerados os dados de 2004 (15,89), o município de Pindamonhangaba ainda apresenta índice superior ao Estado (14,25%).

Objetivo 5 - Melhorar a saúde materna:

Esse é um indicador que merece atenção pela falta de dados, ou seja, que a conscientização deve ser feita desde os coletores de dados dos hospitais e saúde pública até a apresentação e elaboração dos indicadores. Os óbitos maternos são subnotificados na cidade de Pindamonhangaba, estando disponíveis dados do ano de 1998. Um problema enorme para aqueles que desejam avaliar e planejar o futuro. Trata-se de uma controvérsia, já que 99,68% dos partos realizados em Pindamonhangaba são realizados em hospitais.

Objetivo 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças:

A taxa de mortalidade por HIV/AIDS de Pindamonhangaba (4,4%) é menor que a metade do índice do Estado (9,37%) e cerca de 4 vezes menor que o índice do país (18,4%). Na verdade, observou-se que Pindamonhangaba apresenta um padrão de mortalidade de países desenvolvidos. Dessa forma, os planejadores municipais devem ficar atentos para a especificidade de Pindamonhangaba: destacam-se os dados referentes à violência e aos acidentes de trânsito. O Município registrou 28 internações por agressões e um total de 124 por acidentes de transporte em 2006.

Objetivo 7 - garantir a sustentabilidade ambiental:

A população do Município conta com um bom padrão de atendimento aos serviços básicos de infra-estrutura preconizados pela ONU. Contudo, outras dimensões não analisadas revelam a existência de população vivendo em moradias precárias, áreas de risco, próximas a áreas ambientalmente degradadas, sem acesso aos serviços públicos e transporte. Esse indicador é extremamente preocupante, pois não se nota no Município Conselho Municipal de Meio Ambiente, nenhuma iniciativa relacionada à Agenda 21, disposição de resíduos sólidos domésticos, enchentes, planos diretores locais e regionais relacionados ao meio ambiente, enchentes, plano de recuperação de áreas degradadas, tratamento de esgoto urbano, o que deve ser estudado com maiores detalhes e profundidade.

Objetivo 8 - Parceria mundial para o desenvolvimento:

O oitavo objetivo preconiza a garantia de recursos para que os países mais pobres possam se desenvolver. Tal objetivo desdobra-se em metas difíceis de acompanhar em escala subnacional, pois se refere a iniciativas exclusivas de competência da União. Mesmo assim, a taxa de ocupação de jovens de 15 a 24 anos em Pindamonhangaba (25,01) apresenta valores superiores ao Estado (23,39%) e ao País (24,91%).

As observações acima sugerem que as estratégias a serem efetivadas nos países menos desenvolvidos devem ter uma percepção dos problemas sociais que as circundam bastante diferente daquelas adotadas pelas estratégias européias que optaram por investir em soluções coletivas para combater a pobreza.

Os atores envolvidos no processo, quando atribuem ao poder público a responsabilidade de solucionar problemas, fazem-no, com freqüência, como uma maneira de se eximir de obrigações sociais. Por outra parte, quando chamam a si a tarefa de buscar soluções, essas são pensadas quase sempre como soluções individuais e excludentes.

Feitas as observações acima, resta-nos concluir que se bem seja tão difícil arregimentar apoio para programar políticas de combate às causas dos indicadores, é ainda com o recurso à persuasão e/ou à coerção que é preciso contar para alterar resultados de mercado que nos pareçam inaceitáveis por razões éticas ou pragmáticas.

Pode-se afirmar que as necessidades não só revelam condição de carência como, sobretudo, potencialidade, quando são satisfeitas sinergicamente contribuindo para superar sua condição de pobreza e para o desenvolvimento sustentado.

Referências bibliográficas

ABBAT, J. **Inventing the internet**. MIT Press, 1999.

ALBAGLI, S. Informação de desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. *Ciência da Informação*. São Paulo, v. 24, n.1, 1995.

ALMEIDA, L et al. Peso ao nascer, classe social e mortalidade infantil em Ribeirão Preto, São Paulo. *Cad. Saúde Pública*. Vol.8 nº 2. Rio de Janeiro. abr/jun. 1992.

ANDERSEN, R. **Mid-course correction**. Atlanta: Peregrinzilla Press, 1998.

BAERT, P. **Social theory in the twentieth century**. NY: New York University Press, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde . Indicadores e dados básicos de saúde. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defctohtm.exe?idb2005/f08.def>. Acesso em 03/02/2007.

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 123, p. 573-582, set. dez. 2004.

CAPRA, F. The web of life. New York: Anchor/Doubleday, 1996.

_____. **The hidden connections: integrating biological, cognitive, and social dimensions of life into a science of sustainability.** New York: Doubleday, 2002.

CASTELLS. M. The information age: the rise of the network society. London: Blackwell, 1996.

_____. **The information age: the power of identity.** London: Blackwell, 1997.

_____. **The information age: end of millenium.** London: Blackwell, 1998.

_____. Materials for an exploratory theory of the network society. **British Journal of sociology.** v.51, n.1, jan./mar., 2000.

DATASUS 2006 IDB-2006 - Indicadores e Dados Básicos, da Rede Interagencial de Informações para a Saúde - RIPSAs. Disponível em <http://www.datasus.gov.br/idb>

DOWBOR, L. Reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O que é Poder Local.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

DUNN, S. Decarbonizing the energy economy. In Brown et al. 2001. **BROWN, L, et. al. State of the world 2001.** Washington, D.C.: Worldwatch Institute, 2001.

FÓRUM SÃO PAULO SÉCULO 21, 1999, São Paulo. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS: os Indicadores de Responsabilidade Social. Assembléia Legislativa de São Paulo, 1999.

GIDDENS, A. Times higher education supplement. London, 13 dec. 1996.

GALBRAITH, J. K. Uma visão de Galbraith sobre pessoas, políticos, poder militar e as artes. Carlos Afonso Malferrari (Trad.). Coleção Novos umbrais. São Paulo: Pioneira, 1989.

HABERMAS, J. Problemas de legitimación en el capitalismo tardío. José Luis Etcheverry, (Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

HAVEL, V. Disturbing the peace. London: Faber and Faber, 1990.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, H. Natural capitalism. New York: Little Brown, 1999.

HELD, D. Introduction to critical theory. Berkeley: University of California Press, 1990.

HIMANEN, P. Hakker ethic. New York: Randon House, 2001,

HUTTON, W. e GIDDENS, A. Global capitalism. New York: The New York Press, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública, 2002. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?noticia>. Acesso em: 24 Jun. 2005.

IBDE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 nov. 2006,16h48.

LAMB, M. Power to people. Mother Earth News, oct./nov., 1999.

LOVELOCK, J. Healing Gaia. New York: Harmony Books, 1991.

LUHMAN, N. The autopoiesis of social system. In Essays on self-reference. New York: Columbia University Press, 1990.

LUIZI, P. L. About various definitions of life. Origins of life and evolution of the biosphere. n. 28, pp.613-622, 1998.

MANDER, J. e GOLDSMITH, E. The case against the global economy. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

MARGULIS, L. Symbolic planet. New York: Basic Books, 1998.

MARTINS, E.; MELÉNDEZ, G. Determinantes da mortalidade neonatal a partir de uma coorte de nascidos vivos. Rev. Brás. Saúde Matern. Infant. vol 4 n° 4. Recife. out/dez. 2004.

MEADOWS, A.J. Communication research. San Diego: Academic Press. 1998.

MS/SVS – Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância Sanitária. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb>.

PAULI, G. **UpSizing**. New York: Greenleaf, 2000.

PANHOCA, L.; SILVA, O.M.P.; FIGUEIRA, F. As Metas do Milênio e Gestão Social. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté: 3,1, jan./abr. 2007. Disponível em <http://www.rbgdr.net>

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Apresentação do PNUD. Brasília, PNUD, 2003.

SEARLE, J. *Minds, brains and science*. Cambridge: Harvard University Press. 1984.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Relatório Estadual de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – 2005**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, nov. 2005.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Perfil Municipal de Pindamonhangaba. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php> > acesso em 22 nov. 2006.

SEN, A.K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TURNES, V. A. **Sistema Delos** : indicadores para processos de desenvolvimento local sustentável. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis: mimeo, 2004.

U. N. - UNITED NATIONS. *Implementation of the United Nations Millennium Declaration*. New York: ONU, jul., 2002.

_____. *United Nations Millennium Declaration*. New York: ONU, Sep., 2000.

UNDP - UNITES NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human development report 1996**. New York: Oxford University Press, 1996.

_____. **Human development report 1999**. New York: Oxford University Press, 1999.

WCED - WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Daniel Grassi (Trad.). 2. ed. Proto Alegre: Bookman, 2001.